

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL: UMA LEITURA SOBRE O SERTÃO BRASILEIRO¹

Nacelice Barbosa Freitas²

Resumo

O texto tem por objetivo explicar o desenvolvimento territorial brasileiro, analisando a modernização industrial em áreas do sertão. O trabalho levanta hipóteses explicativas sobre a industrialização e o papel do Estado, enquanto mentor e executor dos planos econômicos, refletindo sobre a sua importância em determinar a estrutura da economia espacial. Apesar da relevância desta discussão não há estudos específicos realizados sobre a temática no espaço delimitado para análise. Para responder as questões, realizou-se revisão de literatura, visando o aprofundamento do debate teórico-conceitual, em seguida fez-se o levantamento de dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa buscou subsídios sobre a formação territorial, e as informações referentes à modernização industrial foram coletadas no Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS). O estudo está alicerçado na abordagem crítica, permitindo a leitura sobre a totalidade da produção econômica do espaço territorial brasileiro/latino-americano. Conclui-se que a modernização industrial no sertão brasileiro produz um desenvolvimento territorial tendo por base a ampliação tecnológica.

Palavras chaves: Desenvolvimento territorial; Modernização industrial; Sertão.

Introdução

Explicar o desenvolvimento territorial brasileiro, analisando a modernização industrial em áreas do sertão é o objetivo desta discussão. As linhas que se seguem foram escritas com o intuito de ampliar o conhecimento geográfico sobre área delimitada para análise, isto é, Feira

¹ O Texto faz parte das reflexões que integram a Dissertação de Mestrado intitulada, *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização (1970-1993)*, orientada pelo prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA-1997), e da tese de doutoramento (em andamento), *O Descoroamento da Princesa do Sertão: da Acumulação Primitiva à Consolidação do Capital Financeiro*, sob orientação da Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição (NPGeo/UFS).

² Professora Assistente do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Doutoranda em Geografia (UFS). Integra o Grupo de pesquisa Estado, Capital X Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territoriais (NPGeo/UFS), e o Núcleo de Pesquisa e Análise Sobre o Território (NUPAT/UEFS). E-mail: nacegeografic@hotmail.com

de Santana, e desvendar o conteúdo geográfico que explique as transformações territoriais ao longo do processo histórico.

O tema desta investigação apesar da significativa importância para o entendimento da realidade, ainda não foi amplamente explorado, nesse sentido, o trabalho levanta hipóteses explicativas sobre a industrialização e o papel do Estado, quando este se estabelece enquanto mentor e executor dos planos econômicos, refletindo sobre a sua importância administrativa. Apesar da relevância dessa discussão não há estudos específicos realizados sobre o assunto no espaço delimitado para análise. Para responder as questões levantadas, realizou-se revisão de literatura, que tem por propósito o aprofundamento do debate teórico-conceitual, em seguida fez-se o levantamento de dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A leitura sobre informações referentes a formação territorial, teve como alicerce a abordagem crítica e permitiu explicar a totalidade da produção econômica do espaço territorial brasileiro/latino-americano.

Inicialmente desenvolveremos uma breve discussão sobre o conceito de território para melhor entendimento do desenvolvimento territorial; em seguida trata-se do processo de modernização industrial no Brasil, especificamente em áreas do sertão, avaliando como o Estado interfere no processo, além de buscar o entendimento sobre Feira de Santana, para finalmente tecer as considerações finais.

Território e desenvolvimento territorial: breve discussão conceitual

A importância do estudo sobre o território indica que esta categoria serve de baldrame para a ampliação do conhecimento geográfico, e base para explicação do desenvolvimento territorial.

O termo *Territorium* é de origem latina, provém diretamente do vocábulo terra e segundo Haesbaert (2004, p. 43), (...) “era utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* (...) como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada, jurisdição político-administrativa”. Etimologicamente também vincula-se a *terrifer*, de origem francesa significando ‘direito de aterrorizar’. Assim a dominação é determinante para delimitação do território, pois é explicado na sua essência pelo lugar em que os homens são expulsos ou recomendados a não entrar, ações que são sempre mediadas pelo terror. Nessa perspectiva, pode-se inferir que, o vocábulo associa-se à idéia da apropriação do espaço pela sociedade, é, portanto, lugar de conflito.

No final do século XIX, o conceito de território, assume novos significados e, integra de forma mais efetiva o arcabouço teórico-conceitual da Geografia, influenciado por uma concepção organicista da realidade. Ratzel – principal responsável por esta abordagem - vincula o território ao Estado-nação, uma condição para a sua expansão, seu fortalecimento e existência. É, por conseguinte, espaço de controle, de exercício de poder, e segundo Moraes (2000, p. 19),

Na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial. Segundo ele, no mundo moderno constituem áreas de dominação ‘estatal’ e, mais recentemente, ‘estatal nacional’.

Enquanto categoria de análise torna-se fundamentalmente importante para explicação desenvolvimento territorial, e nessa perspectiva, o território é a base material para a concretização do processo que envolve soberania nacional, ou seja, este será o *locus* da legitimação do Estado, e na visão de Becker e Egler, (1994, p. 125-126), a “integração territorial foi um recurso ideológico essencial utilizado para ampliar o controle do território nacional e encobrir as políticas seletivas espaciais e sociais.”

Fernandes (2005, p. 27), afirma que “o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Novos instrumentos são implantados no espaço, definindo e determinando o nível de desenvolvimento político social e conseqüentemente territorial. Dessa forma, o conceito também passou a ser tema principal, e assaz, utilizado por distintas instituições na elaboração de projetos de políticas públicas; busca-se, portanto, nesse debate, ir além da significação clássica mais utilizada do conceito como espaço de governança.

A definição de território tem por base a multidimensionalidade e a multiescalaridade, quando pensado sobre o viés da pluralidade: assim, é um espaço segmentado, a partir da funcionalidade. (FERNANDES, 2008, p. 275). Essa leitura sobre território engloba o entendimento das múltiplas escalas que envolvem o espaço, assim a assertiva de Fernandes (2005, p. 26), sobre a multidimensionalidade, indica a totalidade do mesmo, quando é ao mesmo tempo “pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completabilidade, conflitualidade e interação”.

Os diferentes significados dados ao território sempre foram estudados a partir das relações de poder, tanto do Estado, quanto do capital, assim como, os diferentes sujeitos, e as diferentes instituições e relações. É por isso que o autor afirma que utiliza “o conceito de

território como o espaço de vida, ou parafraseando Ratzel, como um espaço vital, compreendido pela sua multidimensionalidade” (FERNANDES, 2008, P. 296).

Quando Oliveira (2004, p. 40), define a concepção dialética dos seus estudos sobre o campo, afirma que o mesmo têm o território como tema central, porquê o

(...) território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação.

Tal categoria analítica é, portanto, entendida enquanto unidade contraditória, totalidade resultante da espacialidade produzida no âmago da sociedade capitalista. Assim, a sua valorização resulta do trabalho, porque a especificidade do território é consequência da “reprodução ampliada do capital e se constitui com base no desenvolvimento desigual e combinado que significa “valorização, produção e reprodução”. (OLIVEIRA, 2004, p. 41; CONCEIÇÃO, 2010).

O desenvolvimento territorial é explicado a partir das mudanças que ocorrem no espaço como resultado da aplicação de políticas públicas governamentais. Trata-se de um desenvolvimento local, oriundo da articulação entre o Estado e a sociedade civil organizada, com o propósito precípua de fomentar o planejamento, a implementação da autogestão e o fortalecimento e dinamização das atividades econômicas. Este será explicado através do processo de modernização industrial, isto é, uma visão geográfica do território, uma compreensão sobre a integração dos espaços através do sistema produtivo, e das economias territoriais, na visão de Storper (1994a). A Industrialização moderna implantada nos anos 70 converte-se, portanto em elemento-chave para explicação desse processo, quando é definida como “atividade econômica propulsora” ou capaz de estabelecer novas configurações territoriais. Tal atividade produtiva é utilizada pelo Estado como estratégia de desenvolvimento territorial e foi impactada pelas transformações globais nos anos 90. Para Storper (1990, p.131).

Cada configuração particular consiste em modelo de produção tecnológico-institucional historicamente determinado e compreende uma teia de técnicas de produção, relações de trabalho, métodos de organização da divisão do trabalho intra e inter-empresas, relações de gerenciamento, e assim por diante.

Dessa forma, pode-se concluir, tomando como base a discussão de Castro (2000, p.50) quando define território “não apenas o continente, mas um dado efetivo da inovação”, porquanto espaço fundamental para implantação do desenvolvimento territorial. Então a dinâmica geográfica decorrente da organização do sistema produtivo define uma nova configuração que está diretamente relacionada à capacidade dos agentes locais/regionais de produzir as mudanças territoriais, especialmente nesse contexto. (STOPER, 1994b; CASTRO, 2000; FONSECA, 2005).

Desenvolvimento territorial e modernização industrial em áreas do sertão: uma leitura sobre feira de Santana

O Brasil, no período entre o século XVI e o início do século XIX, tem a produção do espaço assinalado pela condição de colônia, com uma estrutura econômica que orientava as atividades para o comércio exterior, ou seja, para a exportação da produção que fosse mais rentável em determinados momentos históricos; sendo assim, consolidava-se uma base agrário-exportadora centrada na monocultura. No final do século XIX, porém, vários fatores, a exemplo da abolição da escravatura e imigração européia, funcionaram como propiciadores de uma industrialização que favorece a formação de um mercado consumidor com capacidade de absorver uma limitada, porém emergente produção industrial.

A Bahia reflete as formas espaciais específicas das relações sociais, políticas e econômicas existentes, no contexto da colonização, constituindo-se como centro da reprodução do capital mercantil e comercial. Inserida na estrutura agro-exportadora, teve a base econômica altamente dependente das exigências externas, produzindo sempre o que era interessante ao seu mais importante mercado consumidor – Portugal – e não diretamente para as necessidades locais.

Ao longo do século XIX, quando a Europa se encaminhava para a segunda Revolução Industrial, o Brasil instituiu a modernização do setor açucareiro e, segundo Silva, Silva e Leão (1989, p.124) “as primeiras inovações tecnológicas introduzidas no ambiente das *‘plantations’* de açúcar, foram levadas a efeito pelos próprios empresários no início do século XIX. Neste particular, a Bahia é considerado um Estado pioneiro no cenário nacional”.

A I Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 e a Revolução de 30, fornecem elementos para a ruptura com o passado colonial e a arrancada para o processo de industrialização. (BRUM, 1983). Nesse período ocorre a ascensão da burguesia ao poder, tornando-se vitoriosa a ideologia do nacional-desenvolvimentismo que tem, por proposta, o

desenvolvimento autônomo sob base industrial. A II Guerra Mundial e as dificuldades impostas pelas relações sócio-espaciais internacionais favorecem a consolidação da substituição de importações; além disso, a intensificação do comércio interno e as melhorias nas comunicações são fundamentais para a mudança na dinâmica territorial. A segunda metade da década de 50 - governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) - é marcada pelo modelo econômico caracterizado pela desnacionalização da economia e abertura à penetração do capital estrangeiro que vai dirigir o processo de industrialização no país. (BRUM, 1983; BECKER e EGLER, 1994).

O tipo de modernização implantado nos anos 60, no Brasil, explica o papel do Estado, quanto se utiliza do “vetor científico – tecnológico” para garantir a dominação sobre o território, concretizando o projeto geopolítico. Segundo Becker e Egler (1994), a modernização acelerada nesse período é conseqüência da combinação destes fatores que têm como implicação a apropriação do mesmo. O Brasil, até esse momento, desenvolve a industrialização através da substituição de importações, tendo como suportes o capital estrangeiro e a penetração crescente das multinacionais. É nesse contexto que o Estado, com a justificativa de corrigir as desigualdades econômicas regionais, implanta centros e distritos industriais em outras regiões do país, consolidando uma nova dinâmica para o desenvolvimento territorial. A modernização industrial constitui, portanto, uma forma de entender o desenvolvimento territorial, nas diversas escalas: nacional, regional, estadual e local, porque as forças políticas locais apropriam-se do território, no que se refere ao controle do espaço, fato que é determinante para a compreensão da expansão urbana. (PIRES, 2006). Sob o ponto de vista econômico, esse processo “envolve expansão e transformação do sistema produtivo mediante a incorporação de inovações técnicas”. Nova dinâmica territorial foi implantada no espaço, definido, determinando o nível de desenvolvimento político-social e, conseqüentemente territorial. (CASTRO, 1996, p. 290). Essa abordagem permite concluir que a modernização impõe um desenvolvimento territorial em decorrência das relações sociais e de poder estabelecidas.

É evidente o papel do Estado no processo de modernização industrial, na segunda metade do século XX, como mentor e executor de planos econômicos, principalmente após 64, imprimindo então um desenvolvimento territorial específico. As forças políticas pretendiam, nesse período, ampliar o poder do Estado, além de viabilizar a saída da estagnação econômica que corroia a nação desde os primeiros anos da década. (BRUM, 1983).

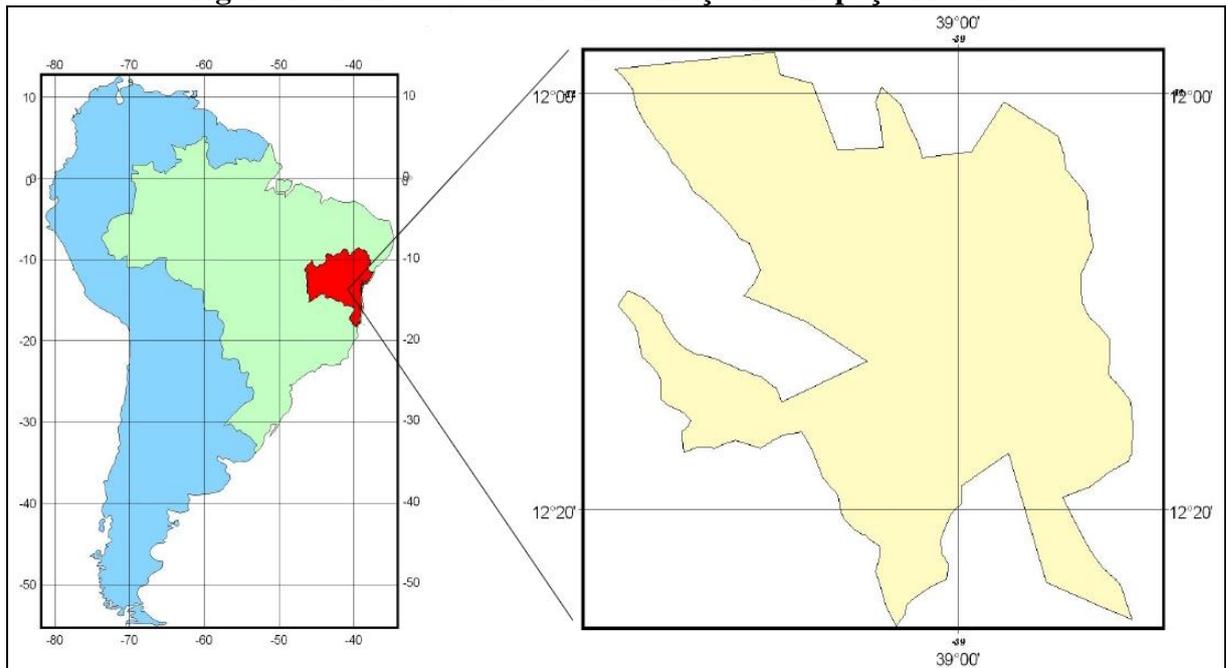
A modernização industrial brasileira e, conseqüentemente, das áreas do sertão baiano é apoiada pelo Estado, via planejamento econômico e tem por base a proposta de tentar transformar o Brasil em um país de Primeiro Mundo, motivo amplamente utilizado para justificar a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIS), e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) na Região Metropolitana de Salvador (RMS), do Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana, e dos Distritos Industriais em Itabuna e Ilhéus, resultado da política de desenvolvimento para o Nordeste que, na década de 60, estrutura a industrialização, buscando uma maior integração do Estado ao conjunto da economia nacional.

Nessa perspectiva, a modernização industrial no sertão, especialmente em Feira de Santana tem como marco a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS) em 1970. O CIS, desde a sua origem, caracteriza-se por estar voltado para a produção de bens finais e intermediários, apresentando um setor diversificado. A recente industrialização proporcionou mudanças estruturais na economia desde a segunda metade do século XX, passando o eixo dinâmico, antes centrado na agricultura, para o setor secundário. O município se impôs em nível regional, desenvolvendo a capacidade de produzir bens intermediários, sendo o seu principal mercado o Sudeste do país.

A produção industrial propalada como meio para alcançar o desenvolvimento, é efetivada no perímetro da Região Metropolitana de Salvador (RMS), e desde o final da década de 60, desloca-se em direção ao sertão e, no espaço baiano, registram-se novas articulações espaciais, especialmente quando o processo atinge Feira de Santana. Tem-se, portanto, o fortalecimento das relações entre as cidades da Bahia que sediam o elemento industrial, além da mudança do perfil funcional de uma cidade média, que passa a ser orientado pelos interesses daqueles responsáveis pela distribuição da produção em escala regional/nacional.

Feira de Santana é um município localizado na porção oriental do território brasileiro - e conseqüentemente latino-americano - e interior do Estado da Bahia, no espaço denominado sertão. A regionalização do IBGE o coloca numa área de transição denominada agreste baiano. (FIGURA 1).

Figura 1 - Feira de Santana: Localização No Espaço Brasileiro



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE- 2000). Banco de Dados.
Adaptado por LOBÃO, Jocimara S. B., 2011.

Os dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o município tem uma população maior do que a de nove capitais brasileiras em 1991, é superior a sete capitais em 2000 e oito em 2010. (TABELA 1).

Tabela 1 – POPULAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA E DE ALGUMAS CAPITAIS BRASILEIRAS – 1991, 2000 e 2010

Município	População 1991	População 2000	População 2010
Feira de Santana	405 848	480.949	556.756
Aracaju *	402 341	498 619	570.937**
Cuiabá *	402 813	483.346	551.350
Porto Velho	286 400	380 988	426.558
Vitória	258 777	317 085	325.453
Florianópolis	255 390	342.315	421.203
Rio Branco	197 376	314 127	335.796
Macapá	179 777	458 008	397.913
Boa Vista	144 249	242 179	284.258
Palmas	24 334	208 166	228.297

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)-
Censos Demográficos, Brasil e Bahia - 1991, 2000 e
2010.

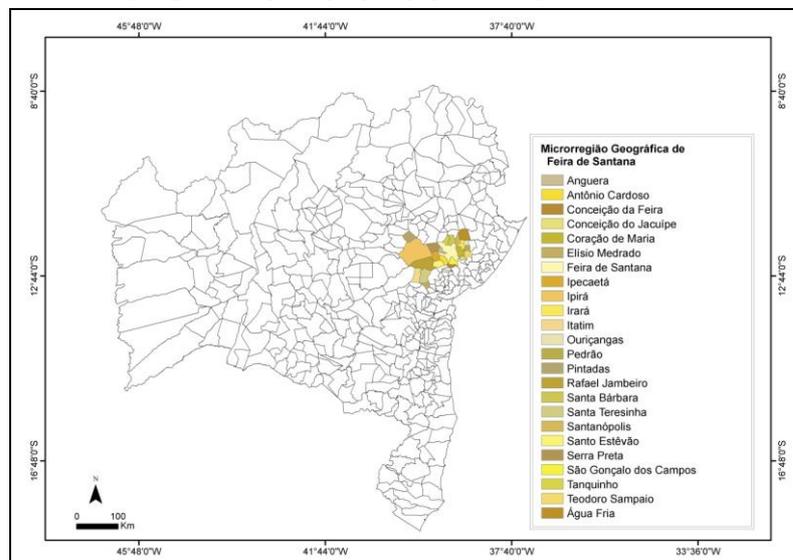
* Municípios com população maior que a de Feira de Santana
em 2000.

** Município com população maior que a de Feira de Santana em 2010.

O processo de urbanização de Feira de Santana, também é significativo para o desenvolvimento territorial, e ao analisá-lo, observa-se que desde o final do século XIX, sua posição intermediária no Estado decorre do desenvolvimento das atividades produtivas, especialmente da pecuária; porém, tomando-se como parâmetro, o tamanho demográfico assume a condição de cidade de porte médio, na década de 70, quando alcança população urbana superior a cem mil habitantes. A modernização industrial, consolidada a partir da década de 1970, determina um desenvolvimento territorial que confirma este lugar na hierarquia urbana do Estado. Tomando o tamanho demográfico, como um dos indicadores básicos para definição do tamanho do município observa-se a importância do mesmo em nível nacional. Até 1960 o percentual de população urbana de Feira de Santana era inferior a 50%, mas é significativo o salto até a década de 1970, pois passa de 49,30% para 70,63% de população morando no centro urbano, chegando a 80,24% em 1980 e 85,89% em 1991. Já em 2000 apresenta um grau de urbanização de 89,80%, bem superior a média do Estado que é de 67,1%. (IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS, 1970, 1980, 1991 e 2000).

No que diz respeito à localização no Estado, o município integra a Microrregião Geográfica de Feira de Santana, que faz parte da Mesorregião Geográfica do Centro Norte Baiano. A Microrregião Geográfica de Feira de Santana é composta de 24 municípios, e Feira de Santana exerce um papel fundamental quanto à centralização e concentração das atividades econômicas. (FIGURA 2).

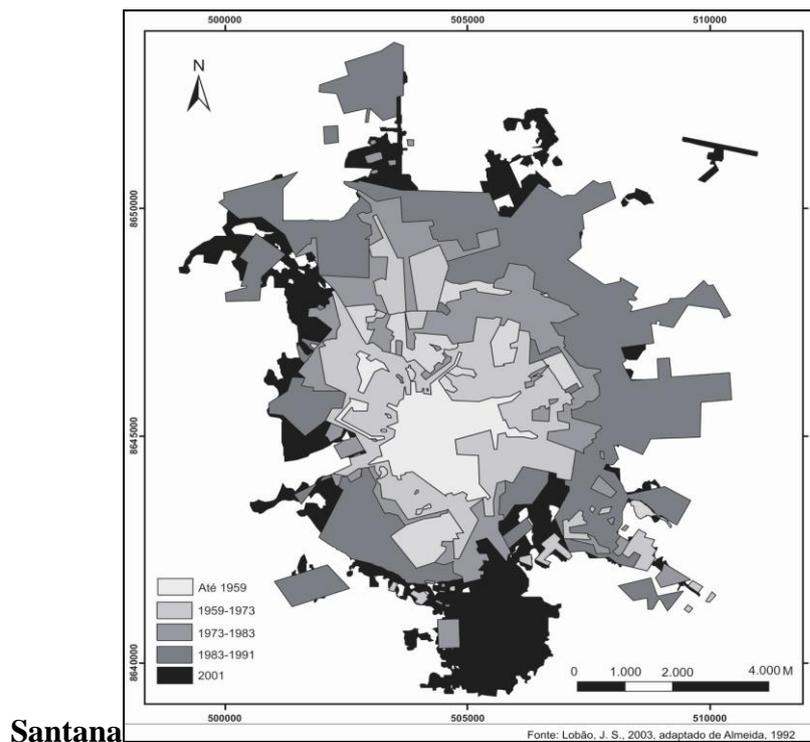
Figura 2 – MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FEIRA DE SANTANA



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE- 2000). Banco de Dados.
Adaptado por SILVA, C. M., 2010.

A Bahia, no período colonial, tem o desenvolvimento territorial associado à monocultura canavieira no litoral, obrigando os criadores a efetivar a pecuária em áreas do sertão brasileiro. Apesar da importância significativa da pecuária, Feira de Santana apresenta características econômicas próprias e divergia da realidade da época, ou seja, desenvolvia a pecuária e uma agricultura predominantemente de subsistência, mas, em segundo plano, praticando a comercialização do fumo, do algodão e de produtos agrícolas e alimentícios, ao invés da monocultura para exportação. Pode-se afirmar que o desenvolvimento territorial é iniciado, quando Feira de Santana passa de aldeia sem importância a principal feira de gado do Estado, já em 1828. Atualmente constitui-se como um centro comercial de médio porte, com influência marcante em nível local/regional, posicionado-se como segunda maior cidade do Estado, e desde a data de sua emancipação - em 16 de junho de 1873 - adquire expressividade nacional, garantindo a sua influência no cenário econômico da Bahia. Nessa perspectiva, a urbanização, processo consolidado na década de 1970, quando registra a predominância de população urbana, resultou tanto da expansão das áreas de pastagens e redução da população rural. Na figura 3 temos detalhamento da expansão urbana da cidade desde a década de cinquenta até o início do século XXI. (FREITAS, 1998).

Figura 3 – Expansão Urbana de Feira de



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE- 2000). Banco de Dados.
Adaptado por LOBÃO, Jocimara S. B., 2011.

O Centro Industrial do Subaé, como já foi dito, é outro elemento marcante para o desenvolvimento territorial. Criado através da Lei Municipal nº 690, em 14 de dezembro de 1970, é constituído por dois Distritos Industriais, um deles instalado no bairro do Tomba, área que se situa na parte sul da cidade e é responsável pelo acesso à BR 101, e o outro, às margens da BR 324, em contato direto com a capital; ocupa, portanto, Feira de Santana uma posição privilegiada no sertão brasileiro, pois além de ser considerada o maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste do país, e o único município que, não sendo capital, detém um centro industrial de médio porte. (CIFS, 2010).

As relações intra e inter-regionais e o dinamismo econômico, inicialmente eram voltados para os limites micro-regionais, atualmente têm reconhecida a sua importância em nível nacional, devido ao importante mercado de produtos agrícolas e pecuários, à existência de um setor terciário bastante diversificado e à consolidação do setor industrial. (SILVA; SILVA; LEÃO, 1985). Assim, garante a posição de centro regional, estendendo constantemente a sua área de influência no sertão, tendo por base a modernização industrial.

Considerações finais

A modernização industrial, e o desenvolvimento territorial em áreas do sertão demonstram que em Feira de Santana reflete a política nacional que tem por base o ideário cepalino: tirar a América latina do atraso econômico através da industrialização. Esta também é a justificativa para a estruturação dos centros industriais baianos, resultantes da interiorização do processo, demandado pelos municípios e as elites locais.

Na atualidade o desenvolvimento territorial de Feira de Santana é marcante em decorrência da expansão da industrialização e do comércio, consolidando a incontestável capacidade de atender à demanda regional/local no que se refere a prestação de serviços, especialmente nas áreas de educação, saúde, produtos alimentícios, vestuário, eletroeletrônicos, etc.

Chega-se a conclusão que, a modernização industrial no sertão brasileiro produz um desenvolvimento territorial, tendo por base a ampliação tecnológica e para explicar a formação territorial de Feira de Santana torna patente a necessidade de explicação/compreensão sobre a região, porque o sertão, espaço que não é, na visão de Moraes (2009), produto da natureza, um espaço determinado pelas peculiaridades naturais, o *locus* da reprodução sertaneja, mas fundamentalmente, onde o econômico se sobrepõe ao

natural, porque se configura como fronteira da acumulação primitiva, enquanto manifestação dos prolegômenos que indicam os limites/extensão do capital financeiro na Bahia em decorrência da implantação do fenômeno industrial. Insere-se destarte, no contexto da globalização como forma de visualizar a organização do poder local

Referências

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. **Brasil uma nova potência regional na economia-mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BRUM, A. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CASTRO, Iná Elias. de. Ilhas de Tecnologia no Nordeste brasileiro e a reinvenção da natureza. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n 9, p. 45-63, jul/dez, 2000.

CIFS. **Centro das Indústrias de Feira de Santana**. Feira de Santana.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Tópicos Especiais em História do Pensamento Geográfico**. Anotações de aula, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios dos territórios**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. (orgs.). *Campeinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Movimento socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **Revista NERA**. Ano 8, N. 6. Jan/Jun 2005.

FONSECA, Antonio Ângelo Martins da. **Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após a descentralização**. Feira de Santana: UEFS, 2005.

FREITAS, N. B. **Urbanização de Feira de Santana: influência da industrialização 1970 – 1996**. 1998. (Dissertação apresentada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia - UFBA).

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos**. 1991, 2000, 2010.

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização no Brasil: 1808 a 1930**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil:** cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Anablume, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia agrária:** perspectivas no início do século XXI. In: O campo no século XXI. O território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo, 2004.

PIRES, Elson Luciano Silva. Mutações e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades Médias:** produção do espaço urbano regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA , Sylvio Carlos B. de M. e, SILVA, Bárbara- Christine N.; LEAO, Sônia de O. **O subsistema urbano regional de Feira de Santana.** Recife: SUDENE/CPR, 1985.

_____. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia:** evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

STORPER M. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALADARES, L. et al. (Orgs.). **Reestruturação urbana:** tendências e desafios. São Paulo: Nobel/IUPERG, 1990.

_____. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JR. O. A. dos. (Orgs). **Globalização, fragmentação e reforma urbana:** o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994a.

_____. Territorialização numa economia global. Possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F.; NABUCO, M. R. (Orgs.). **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1944b.